

Manual da fraternidade

Na passagem dos cinquenta anos da Declaração dos Direitos Humanos, o Ministério da Justiça lança livro com a participação de militantes, artistas plásticos e escritores

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade", diz o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), logo após o término da Segunda Guerra Mundial, quando as nações se depararam com o circo de horrores montado pelo nazifascismo e pela trágica ameaça da bomba atômica.

Cinquenta anos depois de proclamada a Declaração, é inegável que o mundo já avançou bastante no entendimento das relações entre os homens, dos direitos e deveres individuais e coletivos e da responsabilidade de cada um para com o outro. No entanto, o avanço humanista foi, sem dúvida, muito menor do que o atingido nas áreas tecnológica e científica. O homem conquistou o espaço e acabou com as distâncias incrementando as telecomunicações, mas ainda há crianças em todo o mundo morrendo de fome ou lugares onde a liberdade política e de expressão ainda é um sonho. Sem falar da quantidade de recursos financeiros empregados em uma área e em outra, um dos motivos para o atraso na implementação dos direitos humanos é a dificuldade de se mudar o comportamento, a mentalidade e os valores do cidadão comum.

Pensando nisso e em comemoração os cinquenta anos da Declaração, o Ministério da Justiça está lançando o manual *Direitos humanos no cotidiano*, um dos projetos integrantes do Programa Nacional de Direitos Humanos do governo Fernando Henrique Cardoso. A proposta do manual é informar, educar e treinar integrantes de organizações governamentais e não-governamentais, além de explicitar os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na área de direitos humanos nacional e internacionalmente.

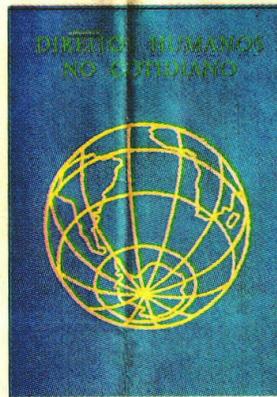
No entanto, mais do que um manual, a publicação é uma reflexão sobre os direitos humanos no Brasil. Foram convidados a participar do projeto artistas, intelectuais, jovens, idosos, portadores de deficiência, representantes de várias etnias e religiões, políticos de diferentes orientações ideológicas e personalidades das diversas regiões do país. Todos se colocam como cidadãos e levantam questões a respeito dos direitos e da realidade do ser humano. Artistas plásticos como Athos Bulcão, Elifas Andreato, Daniel Senise, Jac Leirner, Leda Catunda, Mestre Didi,

Tomie Ohtake, Rubens Gerchman e muitos outros dedicam trabalhos à expressão visual dos conceitos da Declaração. Também escritores, jornalistas e intelectuais, como Adélia Prado, Ignácio de Loyola Brandão, Moacyr Scliar, Ruth Rocha, Muniz Sodré, Rubem Fonseca e Alberto Dines, dão a sua palavra sobre os princípios que regem os direitos humanos.

O resultado é um extenso volume, ricamente ilustrado e repleto de depoimentos, que além de informar e educar, sensibilizam o leitor comum para à questão da cidadania e dos direitos humanos. Cada capítulo é dedicado a um dos 30 artigos da Declaração. O primeiro, por exemplo, conta com a colaboração da poeta Adélia Prado e do artista plástico Claudio Tozzi, com a tela *Artigo primeiro*. Além disso, todos capítulos trazem propostas de implementação dos direitos humanos, que podem ser efetivadas tanto por órgãos governamentais como por instituições da sociedade civil e mesmo pelo cidadão comum. Para auxiliar o trabalho, cada artigo é analisado ainda do ponto

de vista jurídico.

Organizado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, órgão do Ministério da Justiça, o volume *Direitos*



Humanos no Cotidiano também se preocupou em expressar a diversidade religiosa, cultural e étnica do Brasil. O volume contempla o posicionamento

desde a igreja católica até os cultos afro-brasileiros, passando pelas igrejas evangélicas. Em relação aos grupos étnicos, índios, negros, judeus, árabes, orientais foram chamados a colaborar na criação do manual. Nesse campo, os índios foram particularmente contemplados. Cada artigo foi traduzido para o ponto de vista indígena por Marcos Terena, membro do Comitê Intertribal do Brasil e do Conselho Indigenista da Funai.

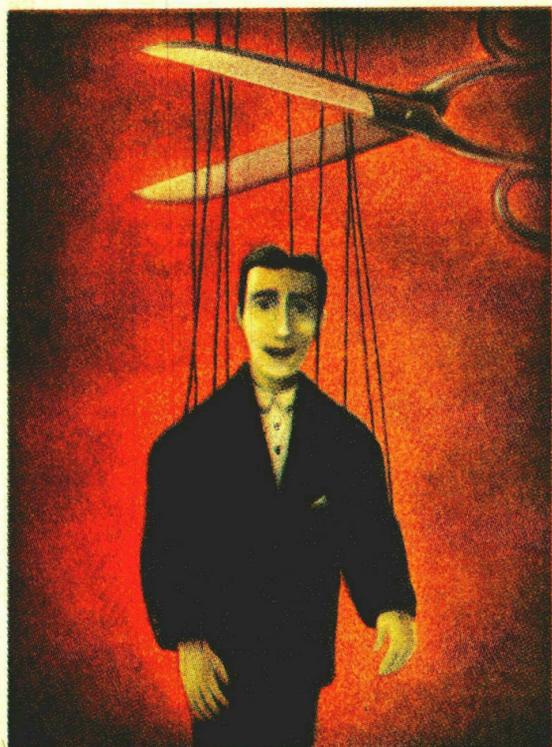
Direitos Humanos no Cotidiano contou ainda com a colaboração de diversas organizações não-governamentais como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Centro Projeto Axé, Federação Israelita de São Paulo e outros. No final, o esforço concentrado de tantas pessoas e entidades tão diversas resultou em um belo elogio à fraternidade entre os homens. Resta agora trabalhar para que o sonho dos direitos humanos consiga sair do papel.

JOSEANA PAGANINI
Repórter do Jornal de Brasília

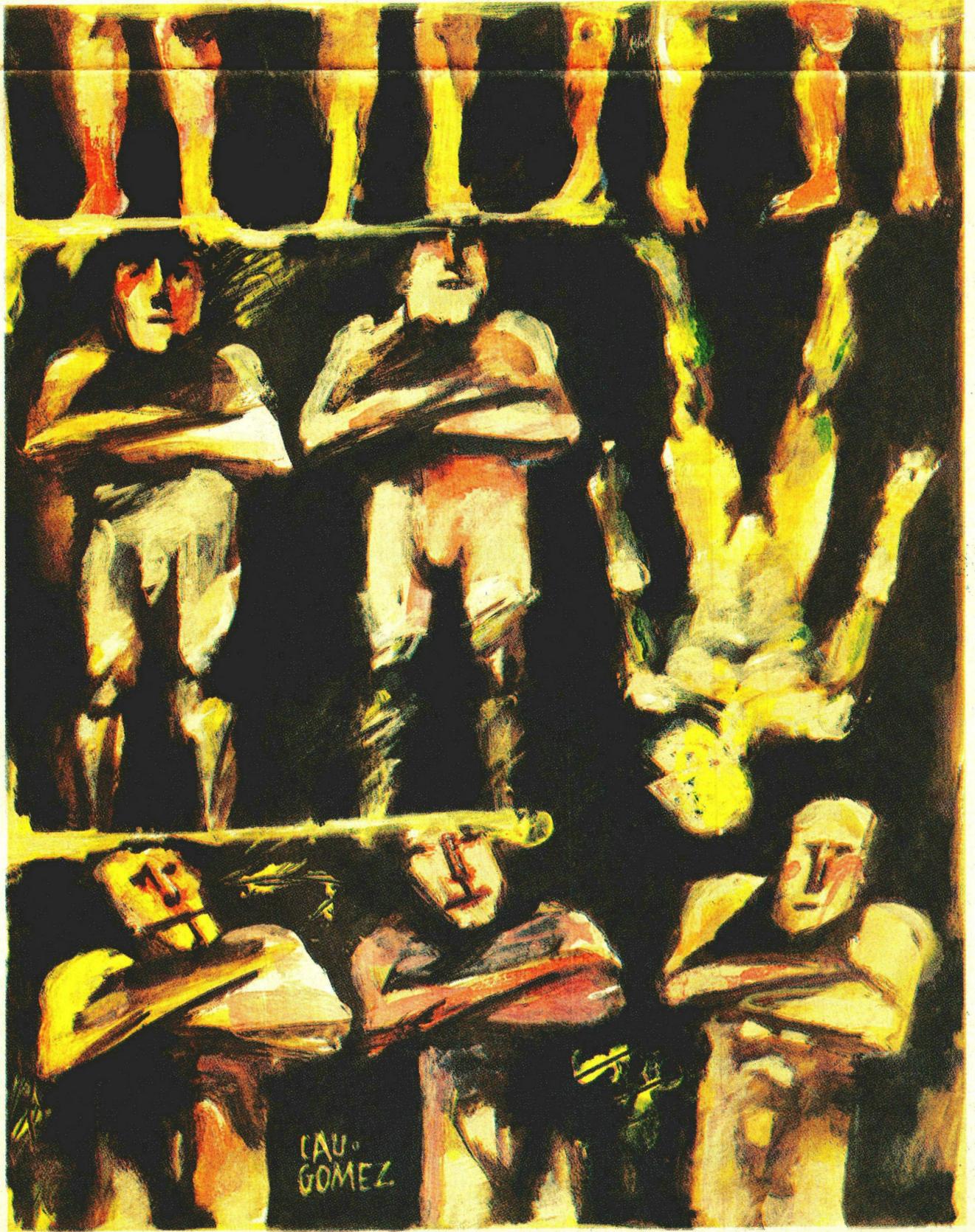
A palavra de Adélia Prado

"Toda e qualquer lei só contribui efetivamente para a melhora da humanidade quando está escrita no coração. Apenas saber que todos nascemos livres e iguais, como ensina o primeiro artigo da bela Declaração dos Direitos Humanos, ainda é pouco. É preciso viver esta igualdade dia por dia, começando de nossos relacionamentos familiares e domésticos. E é muito difícil conceder igualdade ao diferente de nós em raça, classe social, inteligência, temperamento, gostos e crenças. É muito difícil conceder a alguém um julgamento justo quando já o julgamos em nosso íntimo, acreditar que o meu empregado e o meu filho têm os mesmos sonhos, desejos, a mesma sensibilidade, medos e aspirações. Que analfabeto e letrado, pobre e rico necessitam de amor, teto, comida, saúde e atenção. Reconhecer direitos iguais entre as pessoas e nações é fazer a minha parte para que a paz e alegria aconteçam no mundo. Nascemos iguais, vivamos como iguais, para a única vitória que interessa, a vitória do amor entre os homens."

Fotos: Reprodução



Sem título, Óleo sobre tela de Nizan Guanaes e Sérgio Gordilho



Descompasso, ilustração de Cau Gomez